



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2022.
EDITAL Nº 01/2022.

**(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE
COM OBEDEIÊNCIA AO ART. 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006,
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014).**

1. PREÂMBULO

- 1.1. A Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, por meio da Pregoeira, instituída por Portaria, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **PRESENCIAL**, sob o nº **01/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. O recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação, deverão ser entregues na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Central do Maranhão, sito Av. Gov^a. Roseana Sarney s/n, centro Central do Maranhão – MA, CEP:65267-000 Fone:(98)981002801 E-mail:camaracentraldoma@bol.com.br, até às **10:00 horas do dia 03 de FEVEREIRO de 2022**. A entrega da proposta leva a participante a aceitar e acatar as normas contidas no presente Edital.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO.

- 2.1. A presente licitação tem por objeto à **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL**, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital.
- 2.2. Valor Estimado da Presente licitação é de **R\$ 18.387,00 (Dezoito Mil e Trezentos e Oitenta e Sete Reais)**

3. DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - NÃO PODEM PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO AS EMPRESAS OU PESSOAS QUE:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 3.2.1. Que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 3.2.2. Em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;
- 3.2.3. Que se apresentem na qualidade de subcontratadas;
- 3.2.4. Que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos da CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA;
- 3.2.5. Suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 3.2.6. Impedidas de licitar e contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- 3.2.7. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, conforme art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 3.2.8. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- 3.2.9. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.2.10. Enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

4 - DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada.
- 4.2. SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO: deverá apresentar xerox da Cédula de Identidade ou documento equivalente, o Estatuto ou Contrato Social juntamente com a(s) alteração(ões) que comprovem sua capacidade de representante legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

4.3. PROCURADOR: o credenciamento deverá ser feito por meio de Instrumento Público ou Particular de Mandato (procuração) ou Carta Credencial (ANEXO II), com firma reconhecida em cartório do outorgante, outorgando expressamente poderes para emitir proposta de preços, formularem ofertas e lances verbais, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar a sua interposição, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante. Deverá apresentar ainda, cópia da Cédula de Identidade ou documento equivalente que possua foto e o Estatuto ou Contrato Social juntamente com a(s) alteração(ões).

4.4. O credenciamento de que trata o subitem anterior, deverá ser entregue separado dos envelopes de “propostas” e “documentação de habilitação” e acompanhados da DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, conforme ANEXO III.

4.5. Antes de concluir o credenciamento, a empresa deverá apresentar a seguinte certidão:

a) A certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, referente à: Cadastro de Licitantes Inidôneas; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitidas no site do Tribunal de Contas da União – TCU.

b) A consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade-CNIAI será realizada em nome das pessoas jurídicas licitantes e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

4.6 - Após declarado encerrado o Credenciamento não será permitido, sob qualquer argumento, a admissão de licitantes retardatários.

4.7.. Não se aplica na documentação exigida no Edital referente ao Credenciamento e Habilitação das empresas participantes as regras da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018

4.8. Todos os documentos relativos ao credenciamento de representantes devem estar fora dos envelopes de proposta de Preços e Documentação de Habilitação no original, ou, em cópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticados pela Pregoeira ou Membro da equipe de Apoio, a partir do original, até às 12:00 (doze) horas do último dia útil anterior à data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes de proposta de Preço e Documentação. A pregoeira e membro da equipe de apoio não autenticaram os documentos no dia da sessão.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

4.9. A não apresentação, ou incorreção, do documento de credenciamento, não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar ou responder pela proponente, na respectiva sessão, não podendo ofertar lances e impugnar quaisquer atos do certame, cabendo tão somente, ao não credenciado, o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

4.10. Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.11. Após o credenciamento, será declarado, pela Pregoeira, a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes.

4.12. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira.

5 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

5.1. Nos termos dos artigos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2 - PARA USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

5.3. Os licitantes que desejarem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão, no ato do CREDENCIAMENTO entregar à Comissão Permanente de Licitação os documentos abaixo:

5.3.1 – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Certidão Específica da Junta Comercial do Estado do domicílio ou sede da licitante;

5.3.2 – Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da 3º da LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006;

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Aberta a sessão pública, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar a Pregoeira:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

6.1.1. **Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação**, conforme modelo estabelecido no ANEXO III deste Edital, e apresentada **FORA dos Envelopes**;

6.1.2. **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação**, conforme modelo estabelecido no ANEXO VI deste Edital, e apresentada Fora dos Envelopes.

6.1.4. **Declaração expressa de total concordância com os termos do edital**, conforme modelo estabelecido no anexo VIII, deste edital Fora dos envelopes.

6.1.5. **Declaração** comprovando que a empresa licitante recebeu os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, conforme modelo estabelecido no ANEXO XII deste Edital Fora dos Envelopes.

6.2. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pessoalmente pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima mencionados, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022
CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA
AV. GOV^a. ROSEANA SARNEY S/N, CENTRO CENTRAL DO MARANHÃO – MA
CEP:65267-000 FONE:(98)981002801 E-MAIL:CAMARACENTRALDOMA@BOL.COM.BR
PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE (.....)

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022
CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA
AV. GOV^a. ROSEANA SARNEY S/N, CENTRO CENTRAL DO MARANHÃO – MA
CEP:65267-000 FONE:(98)981002801 E-MAIL:CAMARACENTRALDOMA@BOL.COM.BR
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE (.....)

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada, numerada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, com o seguinte conteúdo:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

a) Número do Pregão, Processo Administrativo, data e hora de abertura, objeto e, o nome ou razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.

b) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, profissão, número do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa, Agencia e Numero da conta bancária à que se creditará o pagamento do objeto licitado.

c) Descrição detalhada do(s) item(ns) cotado(s) e quantidade.

d) Preço unitário por item e o global deverão ser expressos em Real, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo considerado fixo e irrevogável.

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

f) Prazo de entrega dos produtos: Imediato, contados a partir do recebimento da Nota de Pedido ou Empenho/Ordem de Fornecimento.

h) Qualquer desconformidade em relação ao Edital será comunicada pela Comissão de Recebimento, obrigando-se a empresa a substituir o produto ou a totalidade do produto no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de incidir nas penalidades por descumprimento total do contrato, ficando o custo do transporte por conta da empresa contratada.

7.2. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

7.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidos como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos.

7.4. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo à simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Pregoeira do disposto no Art. 97 da Lei 8.666/93.

7.5. É facultado a Pregoeira à solicitação de amostras referente aos itens do objeto desta licitação e/ou, sempre que possível, a apresentação de folders, prospectos e outros Material que facilitem a análise dos produtos ofertados, para verificação das características, no período de 3 (três) dias úteis a contar da data da reunião

7.6. SERÃO DESCLASSIFICADAS AQUELAS PROPOSTAS QUE:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 7.6.1. Não atenderem às exigências do presente edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.
- 7.6.2. Não atenderem os requisitos enumerados no item 7.1, alínea “a”, “b”, “c” e “d” do presente Edital.

8. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS.

- 8.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R\$).
- 8.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a vírgula (* ,xx).
- 8.3. As licitantes deverão apresentar junto ao envelope de proposta, Declaração, tomando ciência que o pagamento, poderá ser efetuado por parte da contratante no período de até 60 dias, após a apresentação da fatura ou nota fiscal, desde que, devidamente atestado o efetivo fornecimento dos produtos. A licitante que não apresentar esta declaração terá sua proposta desclassificada.

9. SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 9.1. A sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação do proponente melhor classificado, será pública, dirigida pela Pregoeira e realizada de acordo com a Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicado no preâmbulo deste edital.
- 9.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, conforme forma de representação disposta do Edital.
- 9.3. Declarada à abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, as propostas de preços e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho.
- 9.4. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, que serão conferidas e rubricadas pelos presentes.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 9.5. Caso o envelope com a indicação externa “Proposta de Preços” não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.
- 9.6. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

- 10.1. Serão proclamados, pela Pregoeira, os proponentes que apresentarem as propostas que obedecerem ao disposto no item 5 e que possuam o MENOR PREÇO POR ITEM, definido no objeto deste edital e seus anexos, e as propostas com preços até 10% superiores àquele, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas, conforme disposto no inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/02.
- 10.1.1. A Pregoeira poderá suspender a sessão para verificar se os produtos cotados possuem todas as especificações contidas no Termo de Referência e remarcar horário/data para continuação da sessão.
- 10.2. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 10.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado.
- 10.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
- 10.5. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 10.6. Em seguida a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.7. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias com base na documentação apresentada pelo licitante na própria sessão, em observância ao item 11 do Edital.
- 10.8. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação o objeto definido neste edital e seus anexos efetuados MENOR PREÇO POR ITEM.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 10.9. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto licitado.
- 10.10. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira e os proponentes presentes.
- 10.11. A Pregoeira, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 10.12. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 10.13. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 10.14. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 10.15. No caso de empate entre duas ou mais propostas de preços e não houver lance, o desempate se fará em observância ao disposto no item 10.17, permanecendo o empate se fará por sorteio.
- 10.16. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 10.17. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da Lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, na seguinte forma:
- 10.17.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
 - b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
 - c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no sub-item c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
 - c.3) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) Após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no **prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item** em situação de empate, sob pena de preclusão.

10.18. A empresa vencedora obriga-se a apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da sessão pública de abertura das propostas, nova Planilha de Preços com os devidos preços unitários e totais referente ao(s) item(ns) vencido(s).

11 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Para os licitantes, inclusive as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, a Documentação de Habilitação deverá ser entregue em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no subitem 6.2. deste Edital.

11.2. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, a Pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.

11.3 O envelope n.º 02 deverá conter, obrigatoriamente, em original ou cópia previamente autenticada em cartório ou por servidor da CPL Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, a documentação seguinte:

11.4 RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA, será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

11.4.1. Cópia dos **documentos pessoais (RG e CPF)** dos sócios/empresário



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

11.4.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.4.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registradas na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores.

11.4.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício e do contrato social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

11.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5 RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

11.5.1. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**.

11.5.2. Prova de **Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional**, Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias, nos termos da Portaria MF PGFN/RFB nº 358 de 05/10/2014;

11.5.3. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a apresentação da:

- **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Fiscais.**
- **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Dívida Ativa**

11.5.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, relativos a:

- **Certidão Negativa de Débitos Fiscais Relativos ao Tributo ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.**
- **Certidão negativa de Inscrição na Dívida Ativa**

11.5.5. Prova de Regularidade Relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, comprovada mediante a apresentação da:

- **Certificado de Regularidade do FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

11.5.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**.

11.5.7. Os licitantes que se enquadrem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto á sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5.7.1 – havendo alguma restrição microempresa ou empresa de pequeno porte, será utilizado o art. 43, paragrafo primeiro de Lei Complementar 147/2014.

11.6. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO/FINANCEIRA, será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) comprovação de capital social, através de contrato social registrado na Junta Comercial, ou através do patrimônio líquido no balanço patrimonial do ultimo exercício exigível igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor estimado.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data de recebimento dos envelopes.

c) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por indicies oficiais quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

c.1) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo proprietário da empresa licitante, devidamente autenticados através de selo do contador competente (certidão de regularidade profissional). Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade anônima)

- Publicados em Diário Oficial; ou;
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicilio do licitante;

2) Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA)

- por fotocópias das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou
- Por fotocópia do Balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte “SIMPLES NACIONAL”:

- Por fotocópia do Balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c.2) a licitante deverá apresentar memorial de calculo, com base no Balanço do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa, de acordo com seguintes indícios:

Comprovação de boa situação financeira nos termos do art. 31, § 5º da Lei 8.666/93, será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (ILG), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, evidenciadas pela própria licitante:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou maior que 1,00.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

c.3) as empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação de Balanço de Abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

11.7 RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS DOCUMENTOS, será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

11.7.1. Comprovação de aptidão para fornecimento do material pertinente e compatível, em característica, com o objeto da licitação, através de atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

11.7.2 Alvará de Localização e Funcionamento, em plena validade em nome da licitante e Certidão de Regularidade da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

11.7.3 Declaração da licitante de que **não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do ANEXO V.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

11.7.3.1 Declaração e termo de compromisso de combate à corrupção e ao conluio entre licitantes e de responsabilidade sócio – ambiental, conforme especificações no modelo de Declaração do anexo IX deste edital.

11.7.3.2 Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável (éis) técnico(s) não é (são) servidor (es) público(s) da Câmara Municipal Central do Maranhão – MA, conforme especificações no modelo de Declaração do anexo X deste edital.

11.7.3.3 Declaração de idoneidade, conforme especificações no modelo de Declaração do anexo XI deste edital.

11.7.4. Certidão Simplificada e Específica da Junta Comercial do Estado da sede da licitante.

11.7.5. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios, inexistindo esse prazo, valerão contados 60 (sessenta) dias, após a data de emissão.

11.7.6. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

11.7.7. As certidões expedidas pela “Internet” e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de suas autenticidades nos sites de cada órgão emissor, portanto, no caso de apresentação de certidões por meio de cópias, estas não precisarão ser autenticadas.

11.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

11.9. A documentação que não atender ao disposto no item 11 – (DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO), não será aceita. Caso a(s) licitante(s) vencedora(s) entregue(m) cópia da documentação que não seja original, autenticada em cartório ou membro da CPL, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) inabilitada(s).

11.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá a Pregoeira, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.

11.11. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.

11.12. Serão inabilitadas as licitantes que não apresentar a documentação de acordo com os itens 11.4; 11.5; 11.6; 11.7 e seus subitens e alínea(s) do **Edital nº 01/2022**, salvo os casos previstos no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

12. DOS RECURSOS



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 12.1. Dos atos da Pregoeira neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação dos memoriais dos recursos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 12.2. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, à Av. Gov^a. Roseana Sarney s/n, centro Central do Maranhão – MA, CEP:65267-000 Fone:(98)981002801 E-mail:camaracentraldoma@bol.com.br, durante os dias úteis, das 09:00hs (nove horas) às 12:00hs (doze horas).
- 12.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Se não reconsiderar sua decisão a Pregoeira submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 12.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.
- 12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, durante os dias úteis, das 09:00hs (nove horas) às 12:00hs (doze horas).

13. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA.

- 13.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.
- 13.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 13.3. É facultado a Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no sub-item 13.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 13.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES.

- 14.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.
- 14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.
- 14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
- 14.3.1. Advertência;
- 14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
- 14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;
- 14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e
- 14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.
- 14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.
- 14.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Central do Maranhão/MA.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS.

- 15.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos, classificados conforme abaixo:

Unidade Orçamentária:	01 CÂMARA MUNICIPAL
Função:	01 Legislativa
Subfunção:	031 Ação Legislativa
Programa:	0001 Administração Legislativa
Funcional:	01 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
Elemento de Despesa:	3.3.90.30.00 Material de Consumo

16. DO CONTRATO

- 16.1. Será assinado contrato entre a Câmara Municipal de Central do Maranhão/MA e a licitante vencedora, este, quando chamado, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do referido contrato. O prazo poderá ser prorrogado em conformidade com item 11.4. No caso do não comparecimento, a Câmara Municipal chamará o segundo colocado, desde que o mesmo aceite as condições do primeiro.
- 16.2. O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas neste edital (conforme minuta constante no Anexo VII), estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições de fornecimento especificadas neste Edital e seus Anexos.
- 16.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- 16.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 16.5. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

17. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

- 17.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

18. DO FORNECIMENTO.

- 18.1. Os produtos deverão ser entregues, na especificação, quantidade e periodicidade especificadas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir os produtos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1. O pagamento será efetuado, parceladamente, mediante fornecimento dos produtos, à **CONTRATADA** em moeda nacional por meio de cheque ou transferência bancária, após a apresentação da fatura ou nota fiscal, desde que, devidamente atestado o efetivo fornecimento dos produtos pelo Município e após a comprovação de que a empresa contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal de fornecimento dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente. Será verificada também sua regularidade com os Tributos Federais, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de débitos Trabalhistas.
- 19.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 19.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 19.1.
- 19.4. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva ordem de fornecimento.

20. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 20.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser enviado, por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, a Pregoeira responsável por esta licitação, até 2 (dois) dias úteis anterior à data fixada no preâmbulo.
- 20.1.1 Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de esclarecimentos verbais quanto ao Edital;
- 20.1.2 Os esclarecimentos aos consulentes serão comunicados a todas as demais empresas que tenham adquirido o presente Edital.

21. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.

- 21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Central do Maranhão/MA, sito à Av. Govª. Roseana Sarney s/n, centro Central do Maranhão – MA, CEP:65267-000 Fone:(98)981002801 E-mail:camaracentraldoma@bol.com.br, em dias úteis, das 09:00hs (nove horas) às 12:00hs (doze horas).
- 21.2. Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 21.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;
- 21.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 22.1. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 22.2. Fica assegurado a Câmara Municipal de Central do Maranhão o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.3. A participação neste Pregão implicará na aceitação integral e irretratável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- 22.4. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 22.5. Não havendo expediente na data fixada para a abertura da sessão da licitação, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.
- 22.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão.
- 22.7. Caso seja necessária a interrupção da sessão, os autos do processo ficarão sob a guarda da Pregoeira, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- 22.8. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Central, sito à Av. Gov^a. Roseana Sarney s/n, centro Central do Maranhão – MA, CEP:65267-000 Fone:(98)981002801 E-mail:camaracentraldoma@bol.com.br, no horário das 09:00hs (nove horas) às 12:00hs (doze horas).
- 22.9. Quaisquer irregularidades na apresentação da proposta ou da documentação em desacordo com o Edital, desclassificará o Licitante, salvo os casos protegidos por Lei específica.

23. DOS ANEXOS

- 23.1. Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
 - 23.1.1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 23.1.2. Anexo II – MODELO DE CARTA CREDENCIAL;
 - 23.1.3. Anexo III – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
 - 23.1.4. Anexo IV – TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
 - 23.1.5. Anexo V – DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
 - 23.1.6. Anexo VII – Minuta do Contrato
 - 23.1.7. Anexo VIII - DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL
 - 23.1.8. Anexo IX - TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
 - 23.1.9. Anexo X - DECLARAÇÃO QUE O(S) EMPRESÁRIO / SÓCIO(S) / DIRIGENTE(S) / RESPONSÁVEL (ÉIS) TÉCNICO(S) NÃO É (SÃO) SERVIDOR (ES) PÚBLICO(S) DO MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO – MA
 - 23.1.10. Anexo XI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
 - 23.1.11. Anexo XII - DECLARAÇÃO COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE RECEBEU OS DOCUMENTOS E QUE TOMOU TODAS AS INFORMAÇÕES E AS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

Central do Maranhão – MA, 18 de janeiro de 2022.

Joycielma Soares Flor
Pregoeira



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL**, de acordo com as condições, especificações e quantitativos deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Abastecer o(s) veículo(s) do Poder Legislativo, com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento da frota de veículos automotores é imprescindível para a execução de manutenção das funções da administração e serviços de fiscalização.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Em cumprimento ao dever de licitar previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, a contratação deverá adotar a modalidade **Pregão**, considerando que se trata de serviços de bens comuns, definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. Portanto, os atos administrativos pertinentes à licitação e às eventuais contratações posteriores reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na seguinte legislação aplicável:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;
- d) Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- e) Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000;
- f) Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;
- g) Edital do Pregão Presencial e seus anexos;
- h) Instrução Normativa nº 005/2014-SLTI/MPOG, enquanto parâmetro de boa prática;
- i) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria;
- j) Subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

4. LOCAL DO FORNECIMENTO

4.1. O combustível deverá ser entregue de acordo com a necessidade da **CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA**, dentro dos padrões de qualidade e especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e quantidade constante neste Termo de Referência, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente;

4.2. O combustível será fornecido diretamente através de bomba de abastecimento localizada no posto da CONTRATADA, conforme solicitado através de ORDEM DE FORNECIMENTO;

4.3. O(s) posto(s) contratado(s) deverão funcionar nos horários compreendidos no mínimo, entre 08:00 e 20:00 horas, durante todos os dias da semana, inclusive feriados;

4.4. Os combustíveis deverão ser fornecidos sem ônus para a CONTRATANTE

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Poderão participar do Pregão pessoa jurídica com ramo de atividade compatível com o objeto especificado neste Termo de Referência e que atenda a todas as exigências contidas neste instrumento, no Edital da licitação e seus anexos, além daquelas previstas em legislação pertinente.

5.2. Entre as obrigações técnicas, objetivando garantir que os proponentes interessados em prestar seus serviços aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente inspecionadas, bem como assegurar que a qualidade de seus serviços esteja de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

5.2.1. Comprovação de aptidão técnica, através de Atestados ou Certidões emitidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, com nome e assinatura legível do signatário, que comprove experiência na prestação dos serviços com características semelhantes ou equivalentes ao objeto licitado, podendo ser apresentado em original ou em cópia autenticada.

5.2.1.1. Os Atestados deverão ser impressos em papel timbrado constando o CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações

6.2. de exclusiva conta e responsabilidade da(s) vencedora(s), afora outras não previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, e que por lei couberem:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 6.3. Zelar pela padronização e qualidade dos produtos fornecidos, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade;
- 6.4. Fornecer os combustíveis solicitados de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência e no prazo determinado;
- 6.5. Cumprir com os prazos de fornecimento determinados neste Termo de Referência;
- 6.6. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 6.7. Apresentar ao CONTRATANTE a nota fiscal contendo a descrição dos fornecimentos entregue, juntamente com as certidões negativas pertinente a empresa;
- 6.8. Pagar os salários de seus funcionários e demais verbas que venham a decorrer do cumprimento do objeto deste termo;
- 6.9. Cumprir todas orientações da CONTRATANTE;
- 6.10. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 6.11. Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados;
- 6.12. A CONTRATADA deverá manter durante o fornecimento dos combustíveis, as mesmas condições de habilitação;
- 6.13. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;
- 6.14. Quaisquer atrasos na execução das obrigações assumidas, deverão obrigatoriamente constar de justificativa protocolada na **Câmara Municipal de Central do Maranhão/MA**, dirigida á autoridade competente até o 5º (quinto) dia útil anterior á data prevista, os motivos que venham a impossibilitar o seu fiel cumprimento;
- 6.15. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais solicitados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme o disposto no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Câmara Municipal de Central do Maranhão, obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos combustíveis por intermédio da **Fiscalização de contrato**;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- b) Verificar se os combustíveis estão em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;
- c) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovado o fornecimento dos produtos;
- d) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos combustíveis;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- g) Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos:

8.2. Caberá ao **Diretor Administrativo**, a responsabilidade de gerenciar os produtos, fiscalizando e controlando o fornecimento que serão indicadas na Ordem de Fornecimento.

8.3. A Câmara Municipal de Central do Maranhão, não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, provenientes de ações de prepostos da Contratada, e será de inteira responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano causado pela atuação da CONTRATADA a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

8.4. Todas as despesas inerentes ao fornecimento dos produtos, tais como: seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sócios e outros que resultarem do fiel cumprimento das obrigações, serão inteiramente de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

8.5. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do cumprimento do Contrato caberá a **Câmara Municipal**, através do **Diretor Administrativo**.

9.2. Verificada a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, a fiscalização tomará as medidas cabíveis.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

10.1. O Contrato a ser firmado em decorrência desta licitação terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2022, condicionada sua eficácia à publicação no **Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE/MA**.

10.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para este órgão, limitada a **60 (sessenta) meses**, conforme dispõe o artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os combustíveis tenham sido entregues em ótimo estado;
- b) A CONTRATADA não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes, a cada período de vigência do Contrato Administrativo;
- c) O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- d) A CONTRATADA concorde com a prorrogação.

10.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

11. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.

12.2. Aplicando-se o disposto no artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas de mora:

- a) Multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** incidente sobre o valor total dos serviços prestados com atraso, até o limite de **10% (dez por cento)**;
- b) Multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** incidente sobre o valor total dos serviços prestados, até o limite de **10% (dez por cento)**.

12.3. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) **Advertência**;
- b) **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total deste Contrato;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

c) **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”. Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a **Câmara Municipal de Central do Maranhão**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.

12.5. Caberá à **Fiscalização de Contrato** propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

12.6. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no **Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE/MA**, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

12.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

12.8. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

13. PAGAMENTO

13.1. Prazo de pagamento não superior a **30 (trinta) dias consecutivos**, contado a partir da **data final do período de adimplemento de cada parcela**, conforme dispõe o artigo 40, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666/1993, através de depósito bancário, na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária, mediante apresentação de **Nota fiscal/Fatura**, em **02 (duas) vias**, atestada pelo **Setor de Fiscalização de Contrato**, acompanhada da:

- a) Cópia do Contrato;
- b) Cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Municipal;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- g) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- h) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

ANEXO I-A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
1	Gasolina comum	LITROS	2.700



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO - II
(MODELO DE CARTA CREDENCIAL)

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob o n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Central do Maranhão - MA, na modalidade PREGÃO na forma **PRESENCIAL**, de nº ____/2022, supra-referenciado, na qualidade de Representante Legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, com poderes para renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase da licitação, bem como assinar documentos, assinar ata, assinar contrato, assinar declarações pertinentes ao certame, recorrer da decisão, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data

Atenciosamente ,

(Nome e assinatura do responsável legal pela proponente)
(COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO III

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

(Nome da Empresa), CNPJ N.º
....., estabelecida.....(endereço completo), declara,
sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente
processo licitatório.
Local e data

(Representante legal)

OBS: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo (s) seu (s) representante legal (is) ou procurador devidamente habilitado.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO IV

TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

.....(nome / razão social)....., inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador da Carteira de Identidade n.ºe do CPF n.º, na Sessão Publica do **PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2022.**

OPTA pelo tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3.º, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto e DECLARA ser: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte e não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida lei.

DECLARO ainda ter ciência que “A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93”.

Local e data: _____

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO V
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Prezado Senhor,

_____, (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....(.....), de de

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

(razão social), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital do Pregão Presencial nº (informar), DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos do direito de participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual, ou Municipal, como também DECLARA estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores dessa natureza.

.....(.....), de de

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO Nº ___/2022.
PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2022-CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2022.

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO
MARANHÃO/MA E A EMPRESA _____.**

Por este instrumento particular, **A CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO (MA)**, pessoa jurídica de direito público, sito a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nesta cidade, CNPJ/MF nº _____, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____ situada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) _____, Sr(a). _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem pôr objeto o _____, conforme proposta de preço, parte integrante deste Contrato.

Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial nº ___/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL e REAJUSTE:

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ _____ (_____).

3.2. Para os produtos objeto deste Contrato prevalecerá o preço fixo e irrevogável, salvo na hipótese e no mesmo índice e periodicidade autorizado pelo Governo Federal, mediante solicitação devidamente fundamentada e autorizado pela Contratante.

Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, classificada conforme abaixo especificado:

Unidade Orçamentária: 01 CÂMARA MUNICIPAL
Função: 01 Legislativa
Subfunção: 031 Ação Legislativa
Programa: 0001 Administração Legislativa
Funcional: 01 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Cláusula Quinta – DA VINGÊNCIA:

- 5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até ____ de _____ de 2022.

Cláusula Sexta – DO FORNECIMENTO:

- 6.1. Os combustíveis serão fornecidos nas bombas do Posto de gasolina da empresa vencedora, após apresentação da “Nota de Fornecimento” expedida pelo Órgão ou Secretaria da Câmara Municipal, devidamente assinada, informando as quantidades e valor dos produtos, placa do veículo a ser abastecido.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO:

- 7.1. O pagamento será efetuado, parceladamente, mediante fornecimento dos produtos, à **CONTRATADA** em moeda nacional por meio de cheque ou transferência bancária, após a apresentação da fatura ou nota fiscal, desde que, devidamente atestado o efetivo fornecimento dos produtos pela Câmara Municipal e após a comprovação de que a empresa contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal de fornecimento dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente. Será verificada também sua regularidade com os Tributos Federais, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de débitos Trabalhistas.
- 7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 7.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1.
- 7.4. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva ordem de fornecimento.

Cláusula Oitava – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

- 8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos produtos recebidos.

Cláusula Décima – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

- 10.1. Constituem direitos de a Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 10.2. Constituem obrigações da Contratada:
- 10.2.1. Entregar os produtos às suas expensas, nos prazos e locais determinados nos termos de referência, em dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas;
 - 10.2.2. Fornecer os produtos, rigorosamente nas especificações, prazos e condições neste instrumento;
 - 10.2.3. Os produtos deverão ser fornecidos, de acordo com a Ordem de Fornecimento, durante o prazo de vigência deste contrato;
 - 10.2.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
 - 10.2.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;
 - 10.2.6. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados a e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 10.2.7. Comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- 10.2.8. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- 10.2.9. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.2.10. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos produtos fornecidos, inclusive suas quantidades e qualidade, competindo-lhe também, a dos produtos que não aceitos pela fiscalização da Contratante deverão ser trocados;
- 10.2.11. Serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega dos produtos e o uso indevido de patentes e registros.
- 10.3. Constituem obrigações da Contratante:
- 10.3.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto deste Contrato;
- 10.3.2. Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento;
- 10.3.4. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

Cláusula Décima Primeira – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

- 11.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo.
- 11.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Segunda – DA RESCISÃO OU ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

- 12.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.
- 12.2. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas, através de Termo de Aditamento.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

Cláusula Décima Terceira – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

- 13.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Central do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.
- 13.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.
- 13.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
 - 13.3.1. Advertência;
 - 13.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
 - 13.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura.
 - 13.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e
 - 13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - 13.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 13.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 13.3.2, 13.3.3 e 13.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas facultadas a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 13.4. As sanções previstas nos itens 13.3.1, 13.3.4 e 13.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 13.3.2 e 13.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 13.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 13.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.
- 13.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

13.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA.

Cláusula Décima Quarta – DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Quinta – DO FORO:

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mirinzal, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Central do Maranhão/MA, ... de de 2022.

_____ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Presidente da Câmara Municipal	_____ Proprietário Empresa
--	--

TESTEMUNHAS:	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO – VIII

(MODELO DE DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL)

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Senhor(a) pregoeiro(a),

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara para os devidos fins, que concorda com todos os termos descritos no edital e seus anexos, em especial aos critérios de credenciamento, julgamento das propostas de preços, habilitação/inabilitação e que temos pleno e total conhecimento do edital e anexos deste certame, não possuindo ainda, quaisquer restrições ao caráter competitivo desta licitação.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

.....(.....), de de

(Representante legal)



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO – IX

**(MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO
CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL)**

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Senhor(a) pregoeiro(a),
_____, (nome da empresa) _____, CNPJ n.º
_____, sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio
de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de
identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, declara para fins dos
dispostos do edital da licitação acima identificada:

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes
econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam
mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;

- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas
expectativas;

- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam
erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;

- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas
depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver
em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e
art. 90 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para
que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão
vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las
integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a
Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA;

2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização
que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno,
assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou
indireta, a qualquer funcionário da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, nem
mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA;

4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.

E, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

.....(.....), de de

(Representante legal)



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO X

(MODELO DE DECLARAÇÃO QUE O(S) EMPRESÁRIO / SÓCIO(S) / DIRIGENTE(S) / RESPONSÁVEL (ÉIS) TÉCNICO(S) NÃO É (SÃO) SERVIDOR (ES) PÚBLICO(S) DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA.)

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Senhor(a) pregoeiro(a),

_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº _____, sediada em _____(endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara sob as penas da lei, que o(s) empresário, sócio(s), dirigente(s) e/ou responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) da administração pública municipal de Central do Maranhão, não estando, portanto, enquadrados no art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, na havendo, também, qualquer outro impeditivo para participar de licitações e firmar contrato com a administração pública.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

.....(.....), de de

(Representante legal)



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO – XI

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE)

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Senhor(a) pregoeiro(a),

_____, (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, declara sob as penas da lei, que inexistente qualquer fato, seja suspensão ou inidoneidade, que a impeça de participar de licitações e/ou ser contratada por administração pública em quaisquer de suas esferas (Federal, Estaduais ou Municipais). Outrossim, declara serem autênticos todos os documentos apresentados.

Declaramos que ficamos obrigados a comunicar, a qualquer tempo, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de habilitação desta empresa, de participar de licitações e/ou de ser contratada por administração pública.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

.....(.....), de de

(Representante legal)



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ANEXO – XII

**(MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE
RECEBEU OS DOCUMENTOS E QUE TOMOU TODAS AS INFORMAÇÕES E AS
CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO
DESTA LICITAÇÃO)**

**À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2022

Prezado(a) senhor(a),

_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº _____, sediada em _____(endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara sob as penas da Lei, que recebeu todos os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, conforme determinado pelo art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

.....(.....), de de

(Representante legal)



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

**RECIBO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022-CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2022**

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

E-Mail: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Celular: _____

Responsável pela Empresa: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

APROVAÇÃO O TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

APROVO o Termo de referência e **AUTORIZO** a abertura do **Processo Administrativo nº 03/2022-CMCM**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA**, conforme dispõe o artigo 38, caput, e o artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, respectivamente:

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente atuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:"

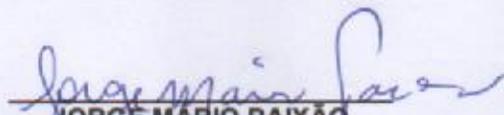
"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:"

"(...)"

"§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:"

"I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;"

Central do Maranhão/MA, 04 de Janeiro de 2022.


JORGE MÁRIO PAIXÃO
Presidente da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

Ao
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

CERTIDÃO

MARCIO COSTA DA SILVA, Contador, inscrito no **CRC/MA**, sob o nº **012839/O**, responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária da **Câmara Municipal de Central do Maranhão, Estado do Maranhão**.

CERTIFICA:

Que revendo a Lei Orçamentária, para vigência no exercício do ano de **2022**, verificou-se dotação orçamentária com saldo suficiente para o cumprimento dos encargos a serem assumidos no **Processo Administrativo nº 03/2022-CMCM**, que tem por objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA**.

Segue abaixo a dotação prevista na Lei Orçamentária do Município de **Central do Maranhão/MA**, para o exercício de **2022**, para a seguinte ação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	01 Câmara Municipal
FUNÇÃO	01 Legislativa
SUBFUNÇÃO	031 Ação Legislativa
PROGRAMA	0001 Administração Legislativa
FUNCIONAL	01 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Atenciosamente,

Codó/MA, 12 de **Janeiro** de 2022.

MARCIO COSTA DA SILVA
CRC/MA nº 012839/O
Contador



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

Ao
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

CERTIDÃO

MARCIO COSTA DA SILVA, Contador, inscrito no **CRC/MA**, sob o nº **012839/O**, responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária da **Câmara Municipal de Central do Maranhão, Estado do Maranhão**.

CERTIFICA:

Que revendo a Lei Orçamentária, para vigência no exercício do ano de **2022**, verificou-se dotação orçamentária com saldo suficiente para o cumprimento dos encargos a serem assumidos no **Processo Administrativo nº 03/2022-CMCM**, que tem por objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA**.

Segue abaixo a dotação prevista na Lei Orçamentária do Município de **Central do Maranhão/MA**, para o exercício de **2022**, para a seguinte ação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	01 Câmara Municipal
FUNÇÃO	01 Legislativa
SUBFUNÇÃO	031 Ação Legislativa
PROGRAMA	0001 Administração Legislativa
FUNCIONAL	01 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Atenciosamente,

Codó/MA, 12 de **Janeiro** de 2022.

MARCIO COSTA DA SILVA
CRC/MA nº 012839/O
Contador



D.R. SOARES – ME
CNPJ: 00.214.324/0003-94
RODOVIA MA 006 KM 48 N° 100 – CENTRO
CEP: 65267-000 – CENTRAL DO MARANHÃO -MA

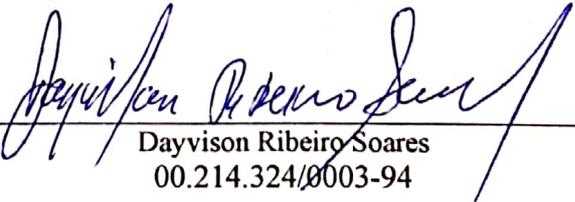
A

Empresa DR. SOARES, situada ROD MA 006, N° 100, Central-Ma, CNPJ: 00.214.324/0003-94, vem através deste, atender à solicitação de orçamento da Câmara Municipal de Central-Ma, End: Av. Govª. Roseana Sarney s/n, Centro, CNPJ: 01.618.572/0001-00, assim discriminado abaixo:

1. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
01	Gasolina comum	Lts	2.700	6,90	18.630
Total do Item →					18.630,00

07 de Janeiro de 2022.


Dayvison Ribeiro Soares
00.214.324/0003-94

A. MARINHO DE SOUSA



A. MARINHO DE SOUSA – ME
AV. GOV. ANTÔNIO DINO Nº 78, MIRINZAL-MA

A
Empresa A Marinho de Sousa, situada AV. Governador Antonio Dino, Nº 78,
Mrinzal-Ma, CNPJ: 14.662.197/0002-10, vem através deste, atender à solicitação de
orçamento da Câmara Municipal de Central-Ma, End: Av. Gov^a. Roseana Sarney s/n,
Centro, CNPJ: 01.618.572/0001-00, assim discriminado abaixo:

1. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
01	Gasolina comum	Lts	2.700	6,95	18.765,00
Total do Item →					18.765,00

07 de Janeiro de 2022.



ADRIANA MARINHO DE SOUSA
CNPJ: 14.662.197/0002-10.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Declaro, nos termos do Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa do **Processo Administrativo nº 03/2022-CMCM**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA**, tem adequação com a Lei Federal nº 8.666/1993, está incluída no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e na Lei Orçamentária Anual-LOA, conforme dispõe o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

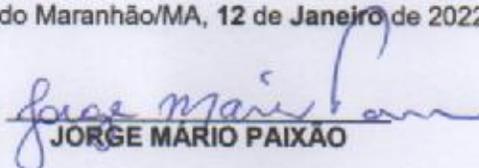
II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de **2022**.

Dotação Orçamentária nº:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	01 Câmara Municipal
FUNÇÃO	01 Legislativa
SUBFUNÇÃO	031 Ação Legislativa
PROGRAMA	0001 Administração Legislativa
FUNCIONAL	01 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Central do Maranhão/MA, 12 de Janeiro de 2022.


JORGE MÁRIO PAIXÃO



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA



CENTRAL DO MARANHÃO - MA :: DIÁRIO OFICIAL - NÚMERO 458 :: TERÇA, 08 DE FEVEREIRO DE 2022 :: PÁGINA 1 DE 1

SUMÁRIO

Descrição

Página

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 1

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o **Resultado da Licitação** do Pregão Presencial nº 01/2022-CPL, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL**, constante no Processo Administrativo nº 03/2022 Saiu vencedora a empresa:

EMPRESA	VALOR
D. R. SOARES	R\$ 18.900,00

Em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. Central do Maranhão – MA, em 07 de **Fevereiro** de 2022. **Joycielma Soares Flor – Pregoeira**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. Aprovo e homologo o resultado do Pregão Presencial n.º 01/2022, em conformidade com o especificado abaixo: **ADJUDICATÁRIO: D. R. Soares - ME** - CNPJ: 00.214.324/0003-94. **Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL. Valor contratado: R\$ 18.900,00** (Dezoito Mil e Novecentos Reais). **AMPARO LEGAL;** Art. 43 Inciso VI, da Lei 8.666/93, Parecer da Assessoria Jurídica e Relatório da Comissão Permanente de Licitação. **A INDICAÇÃO DOS RECURSOS:** As despesas para atender ao objeto desta licitação ocorrerão por conta da seguinte Reserva de dotação orçamentária:

idade Orçamentária: CÂMARA MUNICIPAL
nção: Legislativa
bfunção: 1 Ação Legislativa
ograma: 01 Administração Legislativa
ncional: 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
imento de Despesa: .90.30.00 Material de Consumo

Dê-se ciência desta decisão ao(s) interessado(s), providenciem a celebração do contrato, e o empenho das despesas às dotações do orçamento vigente, publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no Art. 61 da lei 8666/93 para fins de eficácia desta. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Central do Maranhão – MA, em 08 de Fevereiro de 2022. **JORGE MÁRIO PAIXÃO. Presidente da Câmara Municipal**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<http://centraldomaranhao.ma.gov.br/transparencia/diario>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: fcfb8c0d4a4603cf7def11a5cde761416cd19166

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA DE VEREADORES DE CENTRAL
DO MARANHÃO
CNPJ/MF nº 01.618572/0001-00

Processo Administrativo de Licitação nº 003/2022 CMCM

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO

Assunto: Parecer/Pregão Presencial/Aquisição de bens comuns.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO/MA.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

EMENTA:

Análise jurídica do texto da minuta do edital de Pregão Presencial nº 001/2022, que tem como objeto aquisição de combustível para Câmara Municipal de Central do Maranhão.

Trata-se de solicitação encaminhada ao setor jurídico da Câmara Municipal, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 requerendo a necessária análise da legalidade dos termos preparatórios inerentes ao Pregão Presencial nº 001/2022, que visa aquisição de combustível para Câmara Municipal de Central do Maranhão, levando em consideração o disposto nas legislações pertinentes ao caso em concreto.

Desta feita, o estudo dos atos preparatórios efetuados será realizado em consonância à Lei Federal nº 10.520/2002 – que institui a modalidade licitatória denominada Pregão – e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 – que dispõe normas para licitações e contratos na administração pública, bem como às alterações insculpidas na Lei Federal nº 8.883/97.

Em síntese, é o Relatório. Passo a opinar.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA DE VEREADORES DE CENTRAL
DO MARANHÃO
CNPJ/MF nº 01.618572/0001-00

Esta necessidade encontra-se expressa no artigo 38, parágrafo único da Lei de Licitações e prevê que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município.

Senhor Presidente,

Analisada a situação descrita, cumpre mencionar que a Constituição Federal de 1988, logo em seu art. 37, prevê os princípios básicos da Administração, senão vejamos:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*. [...] (grifos nossos)

Assim sendo, a Administração estará, em toda sua atividade funcional, sujeita aos mandamentos da lei e às exigências do interesse público, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena acerca de sua adoção nos procedimentos que visam a aquisição de bens e serviços comuns, assim previsto na Lei 10.520/2002, *in verbis*:

Art. 1º – Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA DE VEREADORES DE CENTRAL
DO MARANHÃO
CNPJ/MF nº 01.618572/0001-00

ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Extraíndo a essência do dispositivo legal supramencionado, concebe-se que a modalidade de licitação adotada se torna adequada aos critérios determinados no Edital do Pregão Presencial nº 001/2022, haja vista que o objeto da contratação se enquadra nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/2002.

Posto isto, em observância ao art. 3º da legislação acima mencionada, verifica-se que os procedimentos realizados se encontram em consonância com os itens elencados nos incisos do dispositivo atinente à fase preparatória do pregão. Ademais, se faz necessário atentar ao integral cumprimento do art. 4º da Lei do Pregão (Lei Federal nº 10.520/2002), que atine à fase externa do procedimento licitatório, primando plena obediência aos ditames legais.

No que tange especificamente à minuta do edital do certame licitatório, concebe-se que houve atendimento aos dispositivos correspondentes e previstos na Lei Federal nº 8.666/93, mais especificamente no que atine ao art. 40 e incisos relacionados.

Ademais, vislumbro o regular cumprimento do art. 55 da lei Federal nº 8.666/93, que elenca as cláusulas necessárias em todo contrato firmado junto à Administração Pública. Assim, entende-se que ambos os termos se encontram, em essência, pormenorizados e aptos à finalidade a que se destinam.

Nestes moldes, é necessário, entretanto, manter as atenções no que se refere as exigências de habilitação/credenciamento dos interessados,



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA DE VEREADORES DE CENTRAL
DO MARANHÃO
CNPJ/MF nº 01.618572/0001-00**

bem como ressaltar que, teoricamente, não há retificações a serem feitas no Edital do Pregão e seus anexos, principalmente na Minuta do contrato, vinculados aos ditames legais.

Diante o exposto, conclui-se pela inexistência de óbice legal no prosseguimento do presente certame licitatório, tendo em vista restar elucidada a legalidade do ato administrativo em concreto, conforme ditames constitucionais e legais.

Retornem os autos à CPL para devida continuidade do feito.

É o parecer, salvo melhor juízo, desde já a disposição de considerações pertinentes.

Mirinzal - MA, 15 de janeiro de 2022.

Mary Nilce Soares Almeida Marques
Procuradora da Câmara Municipal de Central do Maranhão
OAB-MA 14.919



Diário Oficial



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA

Central do Maranhão - MA :: Diário Oficial - Edição 444 :: Quarta, 19 de Janeiro de 2022 :: Página 1 de 1

SUMÁRIO

Descrição	Página
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022	1

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2022 - CMCM. A Câmara Municipal de Central do Maranhão/MA, com sede na Av. Governadora Roseana Sarney, S/nº, Centro, CEP:65267-000, Central do Maranhão, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, através da Pregoeira, torna público, que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS**. A sessão será realizada **no dia 03 de Fevereiro de 2022, às 10:00 (dez) horas**. Os interessados deverão procurar à sede da Câmara Municipal de Central do Maranhão, na Av. Governadora Roseana Sarney, S/nº, Centro, CEP:65267-000, Central do Maranhão - MA onde poderão ser adquiridos o Edital e seus Anexos, ou através do endereço eletrônico <http://portal.cmcentraldomaranhao.ma.gov.br> e SACOP - Sistema de Acompanhamento de Contratações Pública. Outras informações pelo e-mail camaracentraldoma@bol.com.br ou pelo telefone :(98)981002801 das 9:00 às 12:00 h. Base Legal Lei nº 8.666/93 e seus Articulados. 19 de Janeiro de 2022. Joycielma Soares Flor. Pregoeira Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<http://centraldomaranhao.ma.gov.br/transparencia/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 67235770a4e9560f23c9407fdc79cc8fe4413ae7
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
COORDENADORIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Síntese dos Preços Praticados - SAO LUIS

Resumo I - GASOLINA COMUM R\$/l

Período: de 09/01/2022 a 15/01/2022

RELAÇÃO DE POSTOS PES	
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO
POSTO DE SERVICOS J. M. LTDA.	AVENIDA CASEMIRO JUNIOR, 200 A
AUTO POSTO KARYANE LTDA	AVENIDA JOAO PESSOA, 337
F. M. M. CORREIA DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI	AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE, 2000 LOJA 1
T R B A COSTA EIRELI	AVENIDA DANIEL DE LA TOUCHE, 14 LOJA 01
C N M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	RUA NOSSA SENHORA DA LUZ, 01
CARONE COMBUSTIVEIS LTDA	AVENIDA PRINCIPAL, 2 POSTO
ANTONIA LIANE GOMES SOARES	AVENIDA LOURENCO VIEIRA DA SILVA, 8 QUADRA 44-A
H S C PEREIRA	AVENIDA JOAQUIM MOCHEL, 21 : ESTRADA DO ITAPIRACO;
AGUIAR PETROLEO E LOCACOES LTDA	AVENIDA DANIEL DE LA TOUCHE, 1440 TERREOPOSTO
POSTO AMERICANO LTDA	AVENIDA DOS FRANCESES, 12
NICOLAU DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	UNIDADE DUZENTOS E TRES, 6000
L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	AVENIDA DOS FRANCESES, 3
ROMA TRUCK CENTER LTDA	RODOVIA BR 135(AVN. EMILIANO MACIEIRA) KM 06 LOJA A, 55 MARACANA
POSTO NATUREZA E SERVICOS LTDA	AVENIDA SAO LUIS REI DE FRANCA, 190
C. G. DE SOUSA EIRELI	RUA OESTE INTERNA, S/N
KRUK E LOPES LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, 13 : A; KM: 3;
P LIMA COMBUSTIVEIS LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, 55 LOJA: 31; : 1 PAVIMENTO;
POSTO MAGNOLIA LTDA	RODOVIA BR 135(AVN.ENG.EMILIANO MACIEIRA) POSTO(BOMBAS), 2000
LIMA COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, 215 KM: 06;
J R EQUIPAMENTOS PARA COMUNICACAO EIRELI	AVENIDA DOS FRANCESES, 36 B
POSTO MAGNOLIA LTDA	RODOVIA BR 135, S/N KM 13
PORTOS EMPREENDIMENTOS LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, 1000 KM 12 BR 135

VALENTINA COMBUSTIVEIS LTDA	ESTRADA DE ACESSO A BR 135, S/N KM 02 ANANAND
-----------------------------	--

PREÇO VENDA	
MÉDIA	6,387
DESVIO PADRÃO	0,086
VALOR MÍNIMO	6,279
VALOR MÁXIMO	6,599

Data de Emissão : 17/01/2022

SQUISADOS			
BAIRRO	BANDEIRA	PREÇO VENDA	DATA COLETA
Anil	BRANCA	6,279	10/01/2022
Jordoa	SABBÁ	6,279	10/01/2022
Cohafuma	BRANCA	6,288	10/01/2022
Cohama	SABBÁ	6,29	10/01/2022
Anil	BRANCA	6,29	10/01/2022
Parque Aurora	VIBRA ENERGIA	6,299	10/01/2022
Jardim Sao Cristovao li	BRANCA	6,35	10/01/2022
Cohatrac Iv	BRANCA	6,369	10/01/2022
Cohama	IPIRANGA	6,39	10/01/2022
Coheb do Sacavem	BRANCA	6,39	10/01/2022
Cidade Operaria	BRANCA	6,399	10/01/2022
Santo Antonio	SABBÁ	6,399	10/01/2022
Maracana	BRANCA	6,399	10/01/2022
Turu	SABBÁ	6,399	10/01/2022
Cidade Operaria	VIBRA ENERGIA	6,399	10/01/2022
Tibiri	SABBÁ	6,399	10/01/2022
Pedrinhas	IPIRANGA	6,399	10/01/2022
Maracana	VIBRA ENERGIA	6,399	10/01/2022
Maracana	SABBÁ	6,399	10/01/2022
Santo Antonio	VIBRA ENERGIA	6,399	10/01/2022
Pedrinhas	IPIRANGA	6,499	10/01/2022
Pedrinhas	IPIRANGA	6,589	10/01/2022

Pedrinhas	ALESAT	6,599	10/01/2022
-----------	--------	-------	------------

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
DAYVISON RIBEIRO SOARES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 1448139 SSP MA

CPF DATA NASCIMENTO
 692.482.143-04 29/12/1974

FILIAÇÃO
FRANCISCO SOARES
DAYSE MARLI RIBEIRO SOARES

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
 AB

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITACAO
 00000394809 05/01/2032 13/10/1993

OBSERVAÇÕES

ASSEMATURA DO PORTADOR
Dayvison Ribeiro Soares

LOCAL DATA EMISSAO
 SAO LUIS, MA 06/01/2022

ASSEMATURA DO EMISSOR
 83086438554
 MA045974195

MARANHÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2262763957
 PROIBIDO PLASTIFICAR 2262763957

Dayvison Ribeiro Soares



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
00.214.324/0003-94
FILIAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
23/11/1994

NOME EMPRESARIAL
D R SOARES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
POSTO DEYVISON II

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
56.11-2-01 - Restaurantes e similares
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
ROD MA 006

NÚMERO
100

COMPLEMENTO
: KM 48;

CEP
65.267-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
CENTRAL DO MARANHÃO

UF
MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(98) 9606-6666

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/02/2022 às 10:56:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social : **D R SOARES**
CNPJ : **00.214.324/0003-94**
Número de Autorização : **PR/MA0098906**
Número Despacho : **ANP Nº 957**
Data da Publicação : **08/08/2011**
Endereço : **RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48**
CENTRO - CENTRAL DO MARANHAO - MA

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013.

Emitido às **11:04:42** horas do dia **01/02/2022** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **B2AF346E6E060665**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br



Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 00.214.324/0003-94 **Inscrição Estadual:** 12.360307-2

Razão Social: D R SOARES

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: ROD MA 006

Número: 100 **Complemento:** : KM 48;

Bairro: CENTRO

Município: CENTRAL DO MARANHAO **UF:** MA

CEP: 65267000 **DDD:** **Telefone:** 96066666

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4731800 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4784900	COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)
4732600	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES
5611201	RESTAURANTES E SIMILARES
7490105	AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS
9001905	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 17/08/2021

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de: 16/05/2013 - (Obrigado só nas operações de Comércio Exterior, Vendas para Órgão Público e Operações Interestaduais),

EDF a partir de: 01/01/2013, 01/01/2013, 01/01/2013, 01/01/2013,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 01/02/2022

Número da Consulta:

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que a empresa D.R.SOARES - ME Portadora do CNPJ 00.214.324/0001-22 É registrada nesta Junta Comercial, como segue:			Protocolo: MAC2201733090																																																																														
NIRE (Sede) 21100834920	CNPJ 00.214.324/0001-22	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 26/09/1994	Início de Atividade 22/09/1994																																																																														
Endereço Completo AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO, Nº395, CENTRO - Mirinzal/MA - CEP65265000																																																																																	
				Situação ATIVA Status SEM STATUS																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ato</th> <th rowspan="2">Número</th> <th colspan="2">Arquivamentos Posteriores</th> <th rowspan="2">Descrição</th> </tr> <tr> <th>Data</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>223</td> <td>20220141002</td> <td>01/02/2022</td> <td></td> <td>BALANCO</td> </tr> <tr> <td>223</td> <td>20201121620</td> <td>27/11/2020</td> <td></td> <td>BALANCO</td> </tr> <tr> <td>223</td> <td>20200008153</td> <td>07/01/2020</td> <td></td> <td>BALANCO</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>20180288172</td> <td>12/04/2018</td> <td></td> <td>ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</td> </tr> <tr> <td>223</td> <td>20180011170</td> <td>11/01/2018</td> <td></td> <td>BALANCO</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>20110346645</td> <td>03/06/2011</td> <td></td> <td>ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>20090471806</td> <td>14/10/2009</td> <td></td> <td>ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>20010151885</td> <td>21/06/2001</td> <td></td> <td>ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>20000205915</td> <td>18/09/2000</td> <td></td> <td>ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>21900118731</td> <td>23/11/1994</td> <td></td> <td>ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>21900118668</td> <td>18/11/1994</td> <td></td> <td>ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE</td> </tr> <tr> <td>002</td> <td>5966</td> <td>16/11/1994</td> <td></td> <td>ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</td> </tr> <tr> <td>315</td> <td>51069</td> <td>26/09/1994</td> <td></td> <td>ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA</td> </tr> <tr> <td>080</td> <td>21100834920</td> <td>26/09/1994</td> <td></td> <td>INSCRIÇÃO</td> </tr> </tbody> </table>					Ato	Número	Arquivamentos Posteriores		Descrição	Data		223	20220141002	01/02/2022		BALANCO	223	20201121620	27/11/2020		BALANCO	223	20200008153	07/01/2020		BALANCO	002	20180288172	12/04/2018		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	223	20180011170	11/01/2018		BALANCO	002	20110346645	03/06/2011		ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE	002	20090471806	14/10/2009		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	002	20010151885	21/06/2001		ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE	002	20000205915	18/09/2000		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	002	21900118731	23/11/1994		ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	002	21900118668	18/11/1994		ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	002	5966	16/11/1994		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	315	51069	26/09/1994		ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	080	21100834920	26/09/1994		INSCRIÇÃO
Ato	Número	Arquivamentos Posteriores		Descrição																																																																													
		Data																																																																															
223	20220141002	01/02/2022		BALANCO																																																																													
223	20201121620	27/11/2020		BALANCO																																																																													
223	20200008153	07/01/2020		BALANCO																																																																													
002	20180288172	12/04/2018		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)																																																																													
223	20180011170	11/01/2018		BALANCO																																																																													
002	20110346645	03/06/2011		ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE																																																																													
002	20090471806	14/10/2009		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)																																																																													
002	20010151885	21/06/2001		ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE																																																																													
002	20000205915	18/09/2000		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)																																																																													
002	21900118731	23/11/1994		ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE																																																																													
002	21900118668	18/11/1994		ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE																																																																													
002	5966	16/11/1994		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)																																																																													
315	51069	26/09/1994		ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA																																																																													
080	21100834920	26/09/1994		INSCRIÇÃO																																																																													

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/02/2022, às 09:45:49 (horário de Brasília). Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código **5GA6QK12**.



MAC2201733090

Ricardo Diniz Dias
Secretário(a) Geral



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: D R SOARES
CNPJ: 00.214.324/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:18:50 do dia 07/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/04/2022.

Código de controle da certidão: **F2EB.C01F.1F68.3D79**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 252710/21

Data da

24/12/2021 14:11:58

Inscrição Estadual: 123603072

CPF/CNPJ: 00214324000394

Razão Social: D R SOARES

Endereço: ROD MA 006, 100 : KM 48; CEP: 65267000 - CENTRO

Telefone: (98)96066666

Município: CENTRAL DO MARANHÃO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 23/04/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 082977/21

Data da 22/11/2021 18:03:55

Inscrição Estadual: 123603072

CPF/CNPJ:00214324000394

Razão Social: D R SOARES

Endereço: ROD MA 006, 100 : KM 48; CEP: 65267000 - CENTRO

Telefone: (98)96066666

Município: CENTRAL DO MARANHAO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 22/03/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 22/11/2021 18:03:55



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

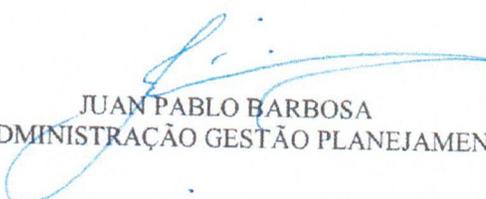
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO E DIVIDA ATIVA MUNICIPAL

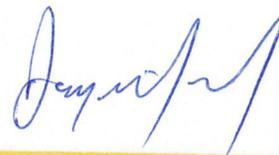
Certifico para os devidos fins de direito que, revendo os livros e demais documentos do arquivos desta prefeitura municipal, verifiquei que a empresa; D R SOARES, CNPJ. 00.214.324/0003-94, nome fantasia POSTO DEYVISON II, com endereço na ROD. MA 006, N° 100, KM 48; CEP: 65.267-000, Centro, inscrita como contribuinte municipal, está ativa no município, inclusive não foi detectado até o presente momento como IPTU, ISSQQN, ou quais quer outro imposto, administrado por esta Secretaria de Administração.

Certifico também que a mesma não encontra-se acionada por dívida ativa municipal até o presente momento.

E para constar foi expedida esta certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão desta.

Central do Maranhão – MA 01 de fevereiro de 2022.


JUAN PABLO BARBOSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.214.324/0003-94
Razão Social: D R SOARES
Endereço: ROD MA 006 100 KM 48 / CENTRO / CENTRAL DO MARANHAO / MA / 65267-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/01/2022 a 23/02/2022

Certificação Número: 2022012503525708038331

Informação obtida em 01/02/2022 11:07:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: D R SOARES - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.214.324/0003-94
Certidão nº: 26374643/2021
Expedição: 26/08/2021, às 12:26:34
Validade: 21/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **D R SOARES - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.214.324/0003-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Demétrio', is written over the bottom right portion of the page.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL DO MARANHÃO

2022

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
M00000-00

CPF/CNPJ
00.214.324/0003-94

NÚMERO DE CONTROLE
0000000006

RAZÃO SOCIAL
D R SOARES

NOME FANTASIA
POSTO DEYVISON II

LOCALIZAÇÃO
ROD. MA 006 Nº 100 KM 48, CEP. 65267-000 CENTRO -CENTRAL DO MARANHÃO -MA

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

CNAE Principal e Secundários

47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

56.11-2-01 - Restaurantes e similares

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2022

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

00060002022CPGH22SE06FAZ22

RESTRIÇÕES

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma Compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação Vigente.

JUAN PABLO BARBOSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LANÇAMENTO DE ALVARÁ POR OFÍCIO 2022

NOTA:

ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2022

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Vara Única de Mirinzal

CERT-VUDM - 42022
Código de validação: DAF41D5587

**SECRETARIA DE DISTRIBUIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MIRINZAL,
ESTADO DO MARANHÃO**

CERTIDÃO DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO da faculdade que me confere a Lei, CERTIFICO, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às Varas Cíveis, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e dez (2010) até o dia 02 (dois) de fevereiro do ano corrente, constatei não EXISTIR distribuição de AÇÕES E/OU EXECUÇÕES contra **D R SOARES, Microempresa - Empresário Individual, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.214.324/0003-94, com sede na Rodovia MA 006, nº 100, Km 48, Bairro Centro, Central/MA, CEP 65267-000**. CERTIFICO, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente nesta cidade de Mirinzal. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão nesta Secretaria Judicial a meu cargo, no Fórum "Sai Luiz Chung" nesta Cidade de Mirinzal no Estado do Maranhão. Eu, Nilson Chaves dos Santos, Técnico Judiciário, mat. 162107, consultei e digitei. Eu, Sintia Maria Fernandes Maia, Secretária Judicial Titular, subscrevo e assino. Mirinzal/MA, 02 de fevereiro de 2022.

OBSERVAÇÃO:

O CNPJ/CPF constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário.

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE A VARA ÚNICA DA COMARCA DE MIRINZAL/MA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Vara Unica de Mirinzal

SINTIA MARIA FERNANDES MAIA
Secretária Judicial de Entrância Inicial
Vara Unica de Mirinzal
Matrícula 161406



Documento assinado. MIRINZAL, 03/02/2022 08:24 (SINTIA MARIA FERNANDES MAIA)



D R SOARES ME
CNPJ: 00.214.324/0001-22
AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO N 395 CENTRO
MIRINZAL/MA, CEP. 65.265-000
NIRE: 21 1 0083492 0 Data: 22/09/1994

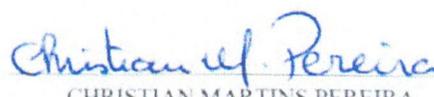
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

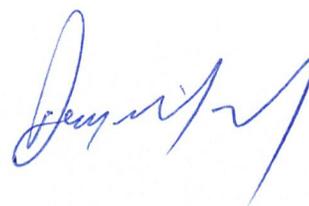
Descrição	Exercício Atual
RECEITAS	
RECEITAS OPERACIONAIS	
RECEITAS OPERACIONAIS	
RECEITA BRUTA DE VENDAS	4.952.187,13C
=RECEITAS OPERACIONAIS	**** 4.952.187,13C
=Total - RECEITAS OPERACIONAIS	**** 4.952.187,13C
=Total - RECEITAS	**** 4.952.187,13C
DESPESAS/CUSTO	
CUSTOS DAS MERCADORIAS/SERVIÇOS	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	4.111.482,11D
=CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**** 4.111.482,11D
=Total - CUSTOS DAS MERCADORIAS/SERVIÇOS	**** 4.111.482,11D
DESPESAS	
DESPESAS OPERACIONAIS	
DESPESAS COM PESSOAL	203.895,82D
OUTRAS DESPESAS GERAIS	179.856,33D
DESPESAS TRIBUTARIAS	104.254,74D
=DESPESAS OPERACIONAIS	***** 488.006,89D
=Total - DESPESAS/CUSTO	**** 488.006,89D
RESULTADO DO EXERCÍCIO	

RECEITAS----->	6.952.187,13C
DESPESAS + CUSTO----->	6.599.489,00D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	***** 352.698,13

Mirinzal - MA, 31 de dezembro de 2020.


D R SOARES ME
DAYVISON RIBEIRO SOARES
CPF: 692.482.143-04
TITULAR


CHRISTIAN MARTINS PEREIRA
CPF: 040.771.333-60
CRC-MA 012391
CONTADOR



D R SOARES ME
CNPJ: 00.214.324/0001-22
AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO N 395 CENTRO
MIRINZAL/MA, CEP. 65.265-000
NIRE: 21 1 0083492 0 Data: 22/09/1994

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2020

Descrição	Exercicio Atual
ATIVO	**** 577.968,80D
CIRCULANTE	**** 281.393,90D
DISPONIVEL	****174.693,81D
CAIXA	174.693,81D
ESTOQUES	****106.700,09D
MERCADORIAS P/ REVENDA	106.700,09D
ATIVO NAO CIRCULANTE	*****296.574,90D
IMOBILIZADO	*****296.574,90D
VEICULOS	230.700,00D
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	89.500,00D
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	23.625,10C
***** (XXXXX)*****	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2020, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 577.968,80 (QUINHENTOS E SETENTA E SETE MIL E NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Mirinzal - MA, 31 de dezembro de 2020.


D R SOARES ME
DAYVISON RIBEIRO SOARES
CPF: 692.482.143-04
TITULAR


CHRISTIAN MARTINS PEREIRA
CPF: 040.771.333-60
CRC-MA 012391
CONTADOR



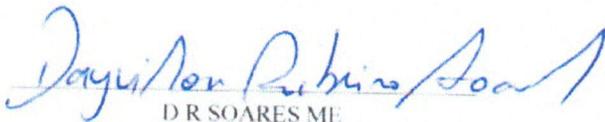
D R SOARES ME
CNPJ: 00.214.324/0001-22
AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO N 395 CENTRO
MIRINZAL/MA, CEP. 65.265-000
NIRE: 21 1 0083492 0 Data: 22/09/1994

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2020

Descrição	Exercício Atual
PASSIVO	****577.968,80C
PASSIVO CIRCULANTE	*****40.760,13C
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	*****39.512,63C
TRIBUTOS	39.512,63C
OBRIGACOES TRABALHISTAS/PREVIDENCIARIAS	***** 1.247,50C
PRO-LABORE	888,22C
OBRIGACOES SOCIAIS	359,28C
PATRIMONIO LIQUIDO	**** 537.208,67C
CAPITAL	**** 150.000,00C
CAPITAL SOCIAL	150.000,00C
LUCRO/PREJUZO DO EXERCICIO	352.698,13C
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	34.510,54C
***** (XXXXX) *****	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2020, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 577.968,80 (QUINHENTOS E SETENTA E SETE MIL E NOVECENTOS E SESENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Mirinzal - MA, 31 de dezembro de 2020.


D R SOARES ME
DAYVISON RIBEIRO SOARES
CPF: 692.482.143-04
TITULAR


CHRISTIAN MARTINS PEREIRA
CPF: 040.771.333-60
CRC-MA 012391
CONTADOR



D R SOARES ME
CNPJ: 00.214.324/0001-22
AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO Nº 395 CENTRO
MIRINZAL/MA - MA - CEP. 65.265-000
NIRE: 21 1 0083492 0 DATA: 22/09/1994

ÍNDICES ECONOMICOS E FINANCEIROS PARA FINS DE LICITAÇÃO

✓ **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)**

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

$$\text{ILC} = \frac{281.393,90}{40.760,13}$$

$$\text{ILC} = \mathbf{6,90}$$

✓ **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)**

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

$$\text{ILG} = \frac{281.393,90}{40.760,13}$$

$$\text{ILG} = \mathbf{6,90}$$

✓ **ÍNDICE DE SOLVENCIA GERAL (ISG)**

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

$$\text{ISG} = \frac{577.968,80}{40.760,13}$$

$$\text{ISG} = \mathbf{14,18}$$

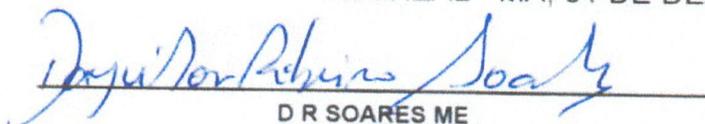
✓ **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL (IET)**

$$\text{IET} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}}$$

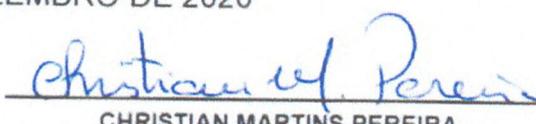
$$\text{IET} = \frac{40.760,13}{577.968,80}$$

$$\text{IET} = \mathbf{0,07}$$

MIRINZAL - MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2020



D R SOARES ME
DAYVISON RIBEIRO SOARES
TITULAR
CPF: 692.482.143-04



CHRISTIAN MARTINS PEREIRA
CPF: 040.771.333-60
CRC MA 012391
CONTADOR



D R SOARES ME
CNPJ: 00.214.324/0001-22
AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO N 395 CENTRO
MIRINZAL/MA, CEP. 65.265-000
NIRE: 21 1 0083492 0 Data: 22/09/1994

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A **D R SOARES ME** é um Empresário Individual, com sede e foro na cidade de Mirinzal/MA, tendo como objeto social: COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO (GLP); COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES; RESTAURANTES E SIMILARES; AGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS; PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS., com início de atividades em 22/09/1994.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.2) Imobilizado

Corresponde ao maquinário disponível na empresa.

3.3) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.4) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.5) Impostos Federais

A empresa está no regime Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

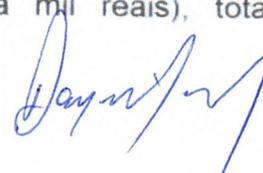
A empresa não possui empréstimos e financiamentos no seu passivo.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que a titular conforme norteia a Lei, não aponta contingências de quaisquer natureza.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizado.



D R SOARES ME
CNPJ: 00.214.324/0001-22
AVENIDA GOVERNADOR ANTONIO DINO N 395 CENTRO
MIRINZAL/MA, CEP. 65.265-000
NIRE: 21 1 0083492 0 Data: 22/09/1994

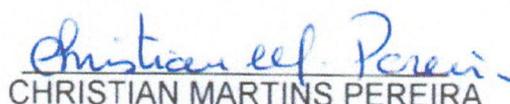
7) EVENTOS SUBSEQUENTES

O titular declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

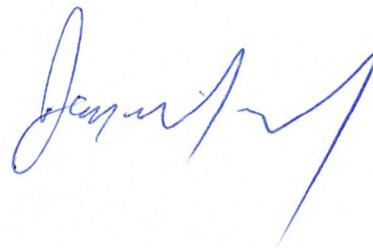
Mirinzal – MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2020.



D R SOARES ME
DAYVISON RIBEIRO SOARES
Titular
CPF: 692.482.143-04



CHRISTIAN MARTINS PEREIRA
CRC MA 012391/O-5
Contador
CPF: 040.771.333-60





TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, CHRISTIAN MARTINS PEREIRA, com inscrição ativa no CRC/MA, sob o n° 012391, inscrito no CPF n° 04077133360, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
04077133360	012391	CHRISTIAN MARTINS PEREIRA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/02/2022 16:53 SOB N° 20220141002.
PROTOCOLO: 220141002 DE 01/02/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12201314688. CNPJ DA SEDE: 00214324000122.
NIRE: 21100834920. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/02/2022.
D.R.SOARES - ME

RICARDO DINIZ DIAS
VICE-PRESIDENTE
www.empresafacil.ma.gov.br



CENTRAL DO MARANHAO - MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

**RECIBO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022-CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2022**

Razão Social: DR SOARES

CNPJ: 00.214.324/0003-94

Endereço: Rod MA 006

Bairro: Centro

Cidade: Central Estado: Maranhão

E-Mail: _____

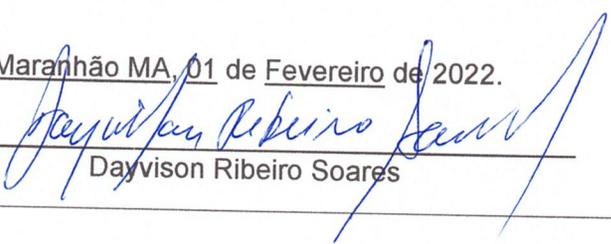
Telefone: _____ Fax: _____

Celular: (98) 99606-6666

Responsável pela Empresa: Dayvison Ribeiro Soares

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: Central do Maranhão MA, 01 de Fevereiro de 2022.



Dayvison Ribeiro Soares

D R SOARES - PDV

CENTRAL DO MARANHAO – MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

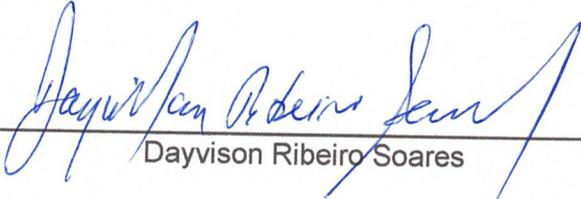
**DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022

DR. SOARES, CNPJ 00.214.324/0003-94 N.º.100, estabelecida ROD MA 06, declara, sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente processo licitatório.

Central do Maranhão - MA, 01 de Fevereiro de 2022.



Dayvison Ribeiro Soares

Rod ma 06 n° 100 – km 48 centro Central do Maranhão – MA
CEP: 65267-000 E-mail: postodeyvison@hotmail.com

D R SOARES - PDV

CENTRAL DO MARANHAO – MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022

D.R SOARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.214.324/0003-94, com sede à ROD MA 06, em cumprimento ao Edital do Pregão Presencial nº 01/2022, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos do direito de participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual, ou Municipal, como também DECLARA estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores dessa natureza.

Central do Maranhão (MA), 01 de Fevereiro de 2022.



Dayvison Ribeiro Soares

Rod ma 06 nº 100 – km 48 centro Central do Maranhão – MA
CEP: 65267-000 E-mail: postodeyvison@hotmail.com

D R SOARES - PDV

CENTRAL DO MARANHAO – MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

**DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO
EDITAL**

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

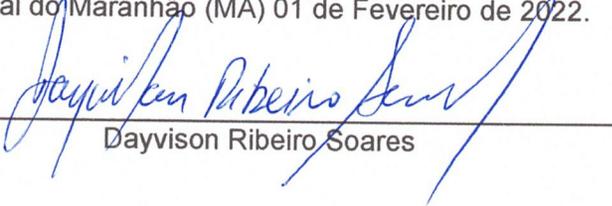
REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022

Senhor pregoeiro,

DR. SOARES, CNPJ nº 00.214.324/0003-94, sediada em ROD MA 06, por intermédio de seu representante legal Sr. Dayvison Ribeiro Soares, portador da cédula de identidade nº 1448139 e do CPF nº 692.482.143-04, declara para os devidos fins, que concorda com todos os termos descritos no edital e seus anexos, em especial aos critérios de credenciamento, julgamento das propostas de preços, habilitação/inabilitação e que temos pleno e total conhecimento do edital e anexos deste certame, não possuindo ainda, quaisquer restrições ao caráter competitivo desta licitação.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

Central do Maranhão (MA) 01 de Fevereiro de 2022.


Dayvison Ribeiro Soares

Rod ma 06 nº 100 – km 48 centro Central do Maranhão – MA
CEP: 65267-000 E-mail: postodeyvison@hotmail.com

D R SOARES - PDV

CENTRAL DO MARANHAO – MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

DECLARAÇÃO COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE RECEBEU OS DOCUMENTOS E QUE TOMOU TODAS AS INFORMAÇÕES E AS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

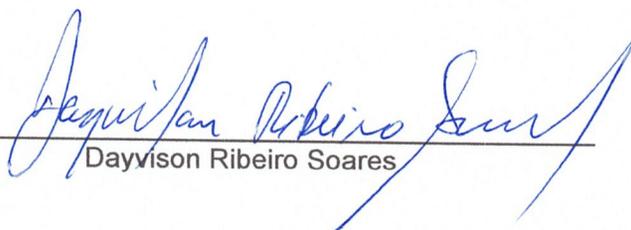
REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022

Prezado senhor,

DR. SOARES CNPJ nº 00.214.324/0003-94, sediada em ROD MA 06, por intermédio de seu representante legal Sr. Dayvison Ribeiro Soares, portador da cédula de identidade nº 1448139 e do CPF nº 692.482.143-04, declara sob as penas da Lei, que recebeu todos os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, conforme determinado pelo art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

Central do Maranhão (MA), 01 de Fevereiro de 2022.


Dayvison Ribeiro Soares

Rod ma 06 nº 100 – km 48 centro Central do Maranhão – MA
CEP: 65267-000 E-mail: postodeyvison@hotmail.com

D R SOARES - PDV

CENTRAL DO MARANHAO – MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

**CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

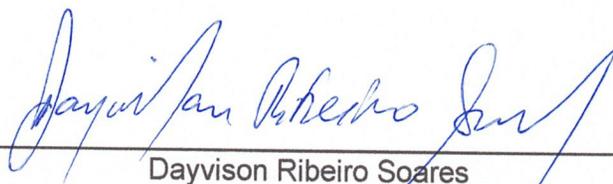
**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022

Prezado Senhor,

DR. SOARES CNPJ nº 00.214.324/0003-94, sediada em ROD MA 06, por intermédio de seu representante legal Sr. Dayvison Ribeiro Soares, portador da Carteira de Identidade nº 1448139 e do CPF nº 692.482.143-04, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Central do Maranhão (MA), 01 de Fevereiro de 2022.


Dayvison Ribeiro Soares

Rod ma 06 nº 100 – km 48 centro Central do Maranhão – MA
CEP: 65267-000 E-mail: postodeyvison@hotmail.com



CENTRAL DO MARANHÃO – MA
RODOVIA MA 06 - 100 - KM 48 CENTRO
CNPJ: 00.214.324/0003-94

**TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

**A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA**

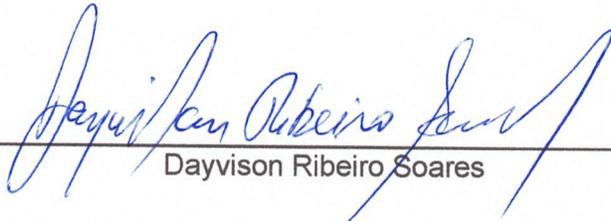
REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022

DR SOARES, inscrita no CNPJ n.º 00.214.324/0003-94, por intermédio de seu representante legal o Sr. Dayvison Ribeiro Soares, portador da Carteira de Identidade n.º 1448139 e do CPF n.º 692.482.143-04, na Sessão Pública do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2022**.

OPTA pelo tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3.º, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto e **DECLARA** ser: Microempresa () Empresa de Pequeno Porte e não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida lei.

DECLARO ainda ter ciência que “A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93”.

Central do Maranhão - MA, 01 de Fevereiro de 2022.



Dayvison Ribeiro Soares

Rod ma 06 nº 100 – km 48 centro Central do Maranhão – MA
CEP: 65267-000 E-mail: postodeyvison@hotmail.com



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

**CONTRATO Nº 01.10.02/2022.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022-CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2022.**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE CENTRAL DO
MARANHÃO/MA E A EMPRESA D.R SOARES.**

Pelo presente instrumento Câmara Municipal de Central do Maranhão/MA, Estado do Maranhão, inscrito no CNPJ Nº 01.618.572/0001-00, com sede na Av. Govª. Roseana Sarney s/n, centro Central do Maranhão – MA, CEP: 65267-000 Fone:(98)981002801 E-mail:camaracentraldoma@bol.com.br, representada neste ato pelo Vereador Presidente da Câmara Municipal, o Sr. **JORGE MÁRIO PAIXÃO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Central do Maranhão/MA, portador do CPF sob nº 755.850.903-30 e da CI nº 000045372695-0/MA, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **D.R SOARES**, situada Rod. MA 06, KM 48, nº 100, Centro, CEP: 65.267-000, Central do Maranhão/MA, CNPJ nº 00.214.324/0003-94, neste ato representada pelo(a) proprietário, Sr(a). **Dayvison Ribeiro Soares** portador(a) da Carteira de Identidade nº 1448139 e do CPF nº 692.482.143-04, a seguir denominada **CONTRATADA**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem pôr objeto **aquisição de combustível – (2.700 litros de Gasolina Comum) para atendimento das atividades administrativas e parlamentares da Câmara Municipal de Central/MA**, conforme proposta de preço, parte integrante deste Contrato.

Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 01/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL e REAJUSTE:

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ 18.900,00 (Dezoito Mil e Novecentos Reais)**.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

3.2. Para os produtos objeto deste Contrato prevalecerá o preço fixo e irrevogável, salvo na hipótese e no mesmo índice e periodicidade autorizado pelo Governo Federal, mediante solicitação devidamente fundamentada e autorizado pela Contratante.

Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA, classificada conforme abaixo especificado:

Unidade Orçamentária:	01 CÂMARA MUNICIPAL
Função:	01 Legislativa
Subfunção:	031 Ação Legislativa
Programa:	0001 Administração Legislativa
Funcional:	01 031 0001 2002 0000 Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos
Elemento de Despesa:	3.3.90.30.00 Material de Consumo

Cláusula Quinta – DA VINGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até **31 de Dezembro de 2022**.

Cláusula Sexta – DO FORNECIMENTO:

6.1. Os combustíveis serão fornecidos nas bombas do Posto de gasolina da empresa vencedora, após apresentação da "Nota de Fornecimento" expedida pelo Órgão ou Secretaria da Câmara Municipal, devidamente assinada, informando as quantidades e valor dos produtos, placa do veículo a ser abastecido.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado, parceladamente, mediante fornecimento dos produtos, à **CONTRATADA** em moeda nacional por meio de cheque ou transferência bancária, após a apresentação da fatura ou nota fiscal, desde que, devidamente atestado o efetivo fornecimento dos produtos pela Câmara Municipal e após a comprovação de que a empresa contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal de fornecimento dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente. Será verificada também sua regularidade com os Tributos Federais, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de débitos Trabalhistas.



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 7.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1.
- 7.4 As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva ordem de fornecimento.

Cláusula Oitava – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

- 8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos produtos recebidos.

Cláusula Décima – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

- 10.1. Constituem direitos de a Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 10.2. Constituem obrigações da Contratada:
- 10.2.1. Entregar os produtos às suas expensas, nos prazos e locais determinados nos termos de referência, em dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas;
- 10.2.2. Fornecer os produtos, rigorosamente nas especificações, prazos e condições neste instrumento;
- 10.2.3. Os produtos deverão ser fornecidos, de acordo com a Ordem de Fornecimento, durante o prazo de vigência deste contrato;
- 10.2.4 Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- 10.2.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

- 10.2.6. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados a e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
- 10.2.7. Comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- 10.2.8. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- 10.2.9. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.2.10. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos produtos fornecidos, inclusive suas quantidades e qualidade, competindo-lhe também, a dos produtos que não aceitos pela fiscalização da Contratante deverão ser trocados;
- 10.2.11. Serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega dos produtos e o uso indevido de patentes e registros.
- 10.3. Constituem obrigações da Contratante:
- 10.3.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto deste Contrato;
- 10.3.2. Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento;
- 10.3.4. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

Cláusula Décima Primeira – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

- 11.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo.
- 11.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Segunda – DA RESCISÃO OU ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

- 12.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

- 12.2. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas, através de Termo de Aditamento.

Cláusula Décima Terceira – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

- 13.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Central do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.
- 13.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.
- 13.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
- 13.3.1. Advertência;
 - 13.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
 - 13.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura.
 - 13.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e
 - 13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - 13.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 13.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 13.3.2, 13.3.3 e 13.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas facultadas a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 13.4. As sanções previstas nos itens 13.3.1, 13.3.4 e 13.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 13.3.2 e 13.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 13.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 13.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela



MUNICÍPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO-MA
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE
CNPJ: 01.618.572/0001-00

ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

- 13.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.
- 13.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Central do Maranhão-MA.

Cláusula Décima Quarta – DOS CASOS OMISSOS:

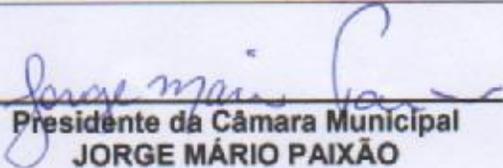
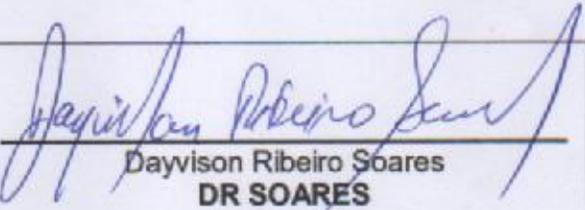
- 14.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

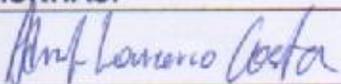
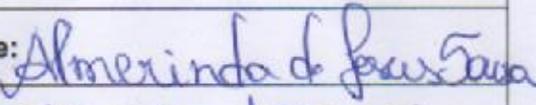
Cláusula Décima Quinta – DO FORO:

- 15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mirinzal, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Central do Maranhão/MA, 10 de Fevereiro de 2022.

 Presidente da Câmara Municipal JORGE MÁRIO PAIXÃO Contratante	 Dayvison Ribeiro Soares DR SOARES Contratada
---	---

TESTEMUNHAS:	
Nome: 	Nome: 
CPF: 608.922.893-17	CPF: 013.710.18308